



MENSAGEM DA PRESIDENTE

O Brasil da Pós-modernidade é o país da democracia concreta, onde todos têm voz. A do mal faz alarde, dissemina ódio, radicaliza discursos destruidores: nutre-se da desesperança e propala o retrógrado modelo que carrega em si, pois enxerga o mundo a partir das dimensões de sua limitada janela. A voz do bem, tantas vezes acanhada, porque demasiadamente prudente, talvez ansiasse por mecanismos adequados de amplificação sonora, na expectativa pelo momento propício à colaboração mais efetiva na construção do edifício coletivo do bem nacional.

O ano de 2020 chegou. A pandemia do coronavírus, triste capítulo de nossa história humana, está deixando o registro da urgência da democratização digital, direito fundamental. Ela, sem sombra de dúvida, é a porta de acesso ao serviço construtivo de mobilização das melhores energias, com ordem, método e disciplina para o Brasil pós crise sanitária.

São chegados os tempos de conclamarmos-nos ao campo da fraternidade edificante, deixarmos de lado a acústica barulhenta da discórdia instalada em nós mesmos e nos redirecionarmos à verdadeira união, que naturalmente dispensa a padronização da interpretação, conscientes da pluralidade e da diversidade da natureza humana.

Nossa democracia é resultado dos esforços de todo indivíduo, de nossa sociedade, e de nosso Estado. Trata-se de avançado cometimento da boa vontade de cada parte dessas integrante do projeto nacional, imprescindível para pensar e reformular o País. Por isso, razoável que também pensemos em nossos deveres para com o Brasil, assunto que, ao lado de nossos direitos, é a outra face da moeda de nosso tesouro continental: organizemos por fora, aperfeiçoando por dentro.

Não há democracia sem diálogo entre os Poderes. Ela é caracterizada por mecanismos de controle, é certo, mas somente se realiza por ações comunicativas. É o diálogo, e não o monólogo, que fortalece o Estado de Direito. Para essa "comunicação", nossa Constituição Federal possui os mais variados mecanismos, tais como o poder de iniciativa de propor leis, distribuído aos três poderes; a possibilidade de instaurar comissões parlamentares de inquérito; as medidas provisórias; a indicação de autoridades; a possibilidade de o poder constituinte derivado reagir a eventual decisão judiciária, respeitadas as cláusulas pétreas. É dizer, as respostas para novas dinâmicas sociais encontram-se na própria democracia.

No contexto desse breve relato, apresenta-se o Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados - IEJA. O instituto, perante a interlocução entre os múltiplos segmentos produtivos e os Três Poderes, oferecerá pesquisas, seminários e cursos que promovam a interface entre as relevantes teorias do direito à prática e funcionará como instrumento divulgador das atividades dos players institucionais democráticos. Proporcionamos proximidade entre o participante e as figuras mais relevantes do cenário administrativo, legislativo e judiciário, colocando em contato o ouvinte com a fonte, de modo a favorecer posicionamentos próprios e reflexivos que acrescentarão aos diálogos institucionais que se formam na sociedade.



Fabiane Oliveira

Ex-Secretária-Geral do Supremo Tribunal Federal.

Assessora-Chefe do Senado para fins do impeachment da ex-Presidente Dilma Vanna Rousseff.

Graduada em Direito (UniCeub) e em Relações Internacionais (UnB).

Mestre em Direito pela USP.